

A construção de um paradigma colaborativo: a experiência do Movimento Software Livre e a luta por maior inclusão na sociedade da informação

Adalto Herculano Guesser

Doutorando em sociologia pela Universidade de Coimbra e do
Centro de Estudos Sociais, em Portugal.

E-mail: adalto@adaltogether.net

Resumo

O presente trabalho pretende abordar uma realidade de luta social por inclusão cada vez mais presente na chamada 'sociedade da informação', ou seja, a luta pela ciberinclusão e pela apropriação tecnológica. Buscar-se-á, portanto, como primeira medida, conceitualizar o termo sociedade da informação e definir os parâmetros nos quais o entendimento do mesmo deverá ser compreendido. Em um segundo momento, apresentar-se-á a dualidade derivada do fato de se estar, ou não, estar incluído neste modelo de sociedade e o que isso representa enquanto problemática social na atualidade. Em um terceiro momento, o Movimento Software Livre será descrito como importante movimento social transnacional de luta em defesa por maior inclusão tecnocientífica, destacando a sua forma colaborativa de trabalho e a sua estrutura de princípios descentralizada e não-hierárquica como elementos inovadores e promotores de maior participação social e de luta contra-hegemônica.

Palavras-chave

Ciberinclusão. Divisão digital. Movimentos sociais transnacionais. Sociedade da informação. Software livre.

The construction of a collaborative paradigm: the experience of the Free Software Movement and the fight for a larger inclusion in the information society

Abstract

The present work intends to approach the reality of the social fight for inclusions at the present time in the so called 'information society', or indifferent terms, the fight for the cyber inclusion and for the technological appropriation. As a starter we will try to define the term 'information society' and to determine the parameters in which the understanding of the same should be comprehended. In the second moment, we will look at the duality derived from the fact of being, or not included in this society model, and what it represents as a social problem nowadays represents while social problem at the present time. In the third moment we will analyse the Free Software Movement as an important transnational social movement of fight in defense for a larger technoscientific inclusion, describing its cooperative form of work and the decentralized and non-hierarchical structure of principles as innovative elements and promoters of larger social participation and promoters of the counter-hegemonic fight.

Keywords

Cyber inclusion. Digital divide. Transnational social movements. Information society. Free software.

Vivemos em uma época de profundas transformações sociais que estão abalando estruturas teóricas e práticas nas quais foram fundados os princípios das sociedades modernas ocidentais, um período designado por muitos como sendo de transição paradigmática (SANTOS, 2000). Em outras palavras, podemos dizer que vivemos em uma época marcada por grandes mudanças que envolvem desde a nossa percepção sobre o mundo até a nossa relação com ele. São alterações sociais, econômicas e políticas que desestabilizam as estruturas organizativas, e as relações de poder estão sendo reorganizadas em novos padrões ainda não muito bem definidos.

Tais fatores desestabilizadores são impulsionados pela crise e pela falência dos pilares epistemológicos que orientavam os macromodelos anteriores em que as sociedades ocidentais estavam assentadas*. Em paralelo, ocorrem também muitas transformações advindas da geração e inserção na vida social de novas ferramentas tecnológicas potencializadoras de maior comunicação e de troca de informações, todas elas mediadas pelo uso de computadores e redes de computadores. Não é uma era de certezas. Pelo contrário, é a incerteza que orienta as práticas sociais e molda as novas formas de interação, de gestão e de controle (GALBRAITH, 1977).

As teorias de um mercado livre auto-regulador parecem ter vencido as antigas formulações fundadas nos princípios normativos dos estados-nações, e a nova ordem mundial passou a ser regida por uma globalização de idéias neoliberais que se impõe com uma força tal, que muitos passaram a designar o fato

* Representados principalmente pela crise do sistema político centrado no estado-nação, sobretudo por um lado pela incapacidade destes em garantir o estado de bem-estar social (*welfare states*) e por outro pela derrocada das alternativas históricas, simbolizadas pelo colapso dos regimes comunistas europeus. Outro fator desestabilizador ocorreu a partir da crítica interna e externa da ciência, um importante pilar em que a modernidade sempre se assentou e que tem sido constantemente questionado. Uma revisão atenta a este período pode ser encontrada em (Santos, 1995; 2000). Para uma análise específica da crítica da ciência moderna, ver também (Santos, 1987; 2004).

como um consenso mundial, ou seja, o “Consenso de Washington” (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2003).

Alguns termos permeiam o vocabulário contemporâneo como se fossem palavras de ordem capazes de dar inteligibilidade aos fenômenos desencadeados pelo novo tempo. A globalização passou a ser o fenômeno pelo qual todas as demais relações parecem estar submetidas e constringidas a adequarem-se. Criam-se “clichês retumbantes” (QUÉAU, 1998), como “aldeia global”, “civilização global”, “sociedade global da informação”, “era planetária” e muitos outros termos para designar um processo que se autodefine como universal. Entretanto, o conceito de global não é ele mesmo global, ou seja, “a globalização não é um fenômeno universal” (QUÉAU, 1998).

Diversos trabalhos têm demonstrado que, apesar de existir um processo de globalização hegemônica, que pretende ser generalizante e atingir a totalidade do globo a partir de uma base econômica neoliberal, existem também outras formas de globalizações que correm no sentido inverso, justamente no sentido de contra-atacar os princípios desta primeira. Tais processos são designados por globalizações contra-hegemônicas (SANTOS, 2001) e fazem-nos concluir que não devemos falar em globalização, mas em globalizações*.

A “sociedade da informação” é um destes termos fartamente utilizado nas bibliografias contemporâneas, habitando desde textos de um simples artigo de opinião em um jornal local até trabalhos teóricos altamente elaborados, como teses acadêmicas de doutoramento e documentos de importantes agências transnacionais, como o Banco Mundial, a OMC, a ONU etc. É um termo ambivalente, que tanto pode ser utilizado como metáfora, quanto pode ser usado como conceito. A sociedade da informação como metáfora procura desenvolver uma narrativa de desenvolvimento social baseado nas novas práticas de

interação a partir das novas tecnologias de comunicação e informação mediadas por computador, um estágio recente do desenvolvimento social, originado principalmente a partir da década de 1960. Fala-se na “terceira revolução moderna” [ou terceira onda] (TOFFLER, 1980), “revolução informática” (BRETON, 1991), ou revolução “tecnocientífica” do final do milênio. Vem designar, portanto, um estágio social moderno totalmente novo, um processo em curso, em constante transformação, cujo grau de apropriação e desenvolvimento tecnológico é o liame divisório entre o “desenvolvido” e o “atrasado”, entre o que possui possibilidade de desenvolver-se e os que estão fadados a permanecer excluídos do desenvolvimento. Desta narrativa evolutiva e determinista, partilham muitos agentes financeiros, grandes corporações multinacionais, muitos governos e, não em menor número, muitos teóricos sociais contemporâneos, donde derivam termos pouco trabalhados e quase sempre sem nenhuma crítica. Aceita-se *a priori* a metáfora e se a utiliza como conceito.

A sociedade da informação como conceito tem uma historicidade rica e que precisa ser levada em conta, para não se incorrer no erro de desconsiderar toda uma contextualidade que motivou a sua geração. Tal desenvolvimento não está dissociado dos fenômenos constantes das narrativas metafóricas; entretanto, não se reduzem a elas, vão além. O conceito de sociedade da informação nasceu no seio de organizações econômicas hegemônicas interessadas em promover o desenvolvimento do capitalismo a partir da constatação de novas formas de produção, trocas e de controle de informações e de dados informacionais (BURCH, 2005). Ao mesmo tempo, foi simultaneamente apropriado por correntes contra-hegemônicas que procuram não abandonar o conceito, mas utilizá-lo e analisá-lo de forma crítica, observando outras facetas e conseqüências oriundas do uso destas tecnologias que extrapolam o domínio puramente econômico da produção capitalista. Do trabalho destes teóricos, resultou o desenvolvimento de novos estudos de relações de poder, de práticas políticas, de investimento cultural, de novas formas de interação, entre outros.

No seio de uma vertente mais crítica, o termo sociedade da informação foi apropriado e adaptado sobretudo pelos movimentos sociais, para fundar as motivações de suas práticas de ação coletiva, cujos

* O conjunto de experiências mais ilustrativas de um processo em curso de globalizações contra-hegemônicas pode ser encontrado no Fórum Social Mundial, produzido por uma infinidade de movimentos sociais de base, que nasceu exatamente como reação ao Fórum Econômico Mundial, a expressão mais objetiva da globalização hegemônica neoliberal. Um estudo detalhado deste processo pode ser encontrado em Santos (2005) e em Müller (2005).

objetivos primordiais são a luta por maior emancipação social e maior inclusão nas diferentes esferas do mundo da vida. Diante da constatação de um “novo tempo”, no qual a interação humana e não-humana (LATOURE, 1999) tem sido cada vez mais intensificada, a luta por emancipação não pode fazer-se distanciada da luta por inclusão neste universo tecnológico e informacional. Desde a origem do desenvolvimento tecnológico dos computadores, a técnica e o ativismo *high-tech* caminharam paralelamente. O próprio surgimento dos computadores pessoais (PCs) teve mais motivações sociopolíticas do que interesses tecnológicos como promotor (BRETON, 1991; LATOUR, 1999). A Internet é outro exemplo cujos objetivos iniciais foram alterados no curso do seu desenvolvimento (BENAKOUCHE, 1999; CASTELLS, 2001), derivando, de uma rede privada e altamente controlada, para ampla rede mundial de computadores, partilhada hoje por diferentes povos e culturas. A resistência social e a luta pela inclusão digital nestes processos sempre estiveram presentes e não podem ser negligenciadas.

DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O termo “sociedade da informação” (*information society*) foi cunhado pelo sociólogo Daniel Bell, em 1973, em seu livro *O advento da sociedade industrial*, quando formulou a idéia de que a sociedade que estava se desenvolvendo a partir do final do século passado em diante seria organizada por um eixo central baseado no conhecimento, o qual se converteria vertiginosamente na estrutura central da nova economia e de uma sociedade sustentada na informação. O autor estava empenhado em desenhar o novo paradigma societal que, na sua avaliação, deixava de ser aquele centrado em uma produção industrial para uma economia sustentada na informação (BELL, 1973). Neste tipo de sociedade em processo de formação, não haveria espaço para ideologias supérfluas, dominariam as relações no campo do poder o agente individual ou o conjunto de agentes coletivos que fossem possuidores de maior número de informação. Neste caso, o país que mais detivesse informações seria o mais poderoso e poderia dominar os demais.

Nos anos 1990, o termo retorna com força no contexto do desenvolvimento da internet. É nesse sentido que

Pierre Levy (1997) o utiliza e se torna um de seus principais divulgadores. Para este autor, as sociedades modernas passaram por fases sucessivas de transformações, e a introdução das novas tecnologias de comunicação (NTICs) seriam as ferramentas privilegiadas pelas quais o novo produto social seria veiculado. Estamos a experimentar uma crescente virtualização do real, ou seja, um processo de digitalização de toda a realidade social sob a forma de informação (LEVY, 1997).

A partir de 1995, o termo “sociedade da informação” foi incluído na agenda de reuniões do G7* e também nos fóruns da Comunidade Européia e da OCDE**, além de estar presente no vocabulário corrente do governo dos Estados Unidos e de agências das Nações Unidas e do Banco Mundial. Para estes atores sociais, o termo representa o paradigma social contemporâneo, fruto do desenvolvimento capitalista mais avançado, e as suas conseqüências nas práticas econômicas da cadeia produtiva dos países industrializados. A partir de 1998, foi escolhido como nome de duas Cúpulas Mundiais, programadas para 2003 e 2005 pela ONU (BURCH, 2005). A partir de então, passou a ser utilizado em um sentido mais amplo, envolvendo também os reflexos culturais e políticos que estão relacionados.

Diante deste conjunto de atores político-econômicos, não é difícil perceber que o termo estava inserido no contexto específico da construção de uma política neoliberal, cuja principal meta é o desenvolvimento de uma economia de mercado aberto e “auto-regulado”. Cabe registrar o carácter positivo que as NTICs favorecem para a globalização hegemônica, com suas qualidades de transnacionalização e pela produção do fenômeno representado pela metáfora do “encolhimento do mundo” (HARVEY, 1989). Tal sentimento de encurtamento das distâncias é grandemente gerado pelas novas

* G7 = Grupo dos sete, posteriormente designado G8. Reúne os sete países mais industrializados do mundo – Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Japão e a Rússia. Criado em 1975 por iniciativa francesa, tinha por objetivo a unificação das políticas macroeconômicas das grandes potências em plena recessão econômica mundial. O Canadá entrou no ano seguinte, e a Rússia, em 1998.

** OCDE = Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. É uma organização internacional dos 30 países mais desenvolvidos economicamente, com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede da organização fica em Paris, França.

tecnologias de transportes e de comunicações, com especial destaque para a rede mundial de computadores – a Internet – o desenvolvimento das tecnologias de telefonia fixa e de telemóveis e a expansão da televisão por satélite.

Fora deste campo hegemônico, é necessário registrar pequena variação em um termo correlato que fora preferido, pelos acadêmicos, como alternativa: trata-se do termo *knowledge society*, que nas línguas latinas têm sido traduzido por “sociedade do conhecimento”, ou muitas vezes como “sociedade do saber”. Neste caso, a utilização do termo não ocorreu tranquilamente, gerando intensos debates em face da distinção conceitual entre conhecimento e saber. No universo lingüístico latino, a noção de ‘saber’ indica certezas mais precisas ou práticas, enquanto a noção de ‘conhecimento’ abarca uma dimensão mais global ou analítica.

Para fugir desta armadilha, alguns teóricos, como Gorz (2004), sugerem preferir o termo ‘sociedade da inteligência’. A opção em utilizar este termo é ampliar o espectro e a importância do fenômeno, que para muitos autores fica reduzido à sua componente econômica, quando se trata da sociedade da informação (BURCH, 2005). Entretanto, inteligência é, ao nosso entender, um termo ainda mais complexo e que redundaria em complexas formas discriminatórias de classificação. Considerar que uma sociedade está pouco desenvolvida na sociedade da inteligência é o equivalente a dizer que ela é menos inteligente que outras. Nem todas as sociedades podem desejar querer alcançar o mesmo nível de desenvolvimento tecnológico. O fato de uma sociedade preferir abster-se do uso das NTICs não faz dela menos inteligente que outras. Sem falar da maioria das sociedades mundiais, que se encontram privadas por fatores econômicos e de infra-estrutura básica de acesso a estas tecnologias. O nivelamento dos povos com base no desenvolvimento tecnológico tem gerado uma nova forma de opressão e de controle hegemônico, uma espécie de “colonialismo tecnológico” (THIAM, 1980) ou de “imperialismo informacional” (MIRANDA, 1997).

De fato, quando os governos, empresas e organismos internacionais desempenham um discurso em defesa da informação e de uma sociedade que depende dela para o seu desenvolvimento, tais atores estão falando

basicamente de infra-estrutura tecnológica, cabos, redes, computadores, equipamentos eletrônicos, bancos de dados etc. (QUÉAU, 1998). Os índices de inclusão ou exclusão deste tipo de sociedade se faz medindo a quantidade de equipamentos e de tecnologia que cada sociedade é capaz de acessar e da quantidade de informação que pode absorver (GÓMEZ, 2002).

Criou-se, desta forma, o Índice da Sociedade da Informação (ISI)*, um instrumento de medição para classificar os países de acordo com a sua capacidade de adequarem-se aos meios informacionais. O ISI foi criado pelo International Data Corporation, um instituto norte-americano especializado em tecnologia da informação e comunicação, e assemelha-se ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que tem por finalidade medir o nível de atendimento das necessidades humanas básicas em determinadas sociedades (RODRIGUES; SIMÃO *et al.*, 2003). De acordo com critérios que não estão completamente disponíveis para o público, 150 nações são avaliadas por este instituto. Dentre estas, apenas um conjunto de 55 países somam 98% do total de tecnologia de informação disponível no mundo (*op. cit.*); os outros 2% de tecnologia são divididos pelos 95 países restantes. As variáveis utilizadas envolvem, por exemplo, a relação do número de computadores presentes em um dado país pelo número de habitantes total, a quantidades destes computadores que estão conectados à rede Internet, a relação proporcional de números de *hosts*** por habitantes, a capacidade de velocidade de transmissão de dados pela rede e a proporção de distribuição da rede pelo território.

A criação deste índice e os parâmetros utilizados para realizar a classificação das nações por ele estudadas são o exemplo concreto de que, quando se fala em

* Um resumo detalhado da composição do ISI pode ser encontrado no trabalho de Rodrigues *et al.* (2003).

** *Hosts* são servidores ligados permanentemente à Internet. Servidores, por sua vez, são computadores de alta capacidade de processamento e de memória que servem para conectar um conjunto de outros computadores (SILVEIRA; CASSINO, 2003). Geralmente os *hosts* são designados igualmente de provedores de acesso e encontram-se sob propriedade de uma instituição pública relevante, como universidade, governos, agências, ou, na maioria dos casos, nas mãos de empresas privadas que comercializam o acesso à rede por meio da prestação de serviço tecnológico especializado.

sociedade da informação, os elementos principais são as infra-estruturas tecnológicas que compõem os elementos constitutivos de avaliação. É por este motivo que o termo adequa-se mais aos interesses de mercado do que a outros discursos mais interessados em maior inclusão digital ou em menor divisão e segmentação social.

Diante desta perspectiva hegemônica de entendimento da sociedade da informação, alguns programas de governos e organismos internacionais e organizações da sociedade civil (OSCs) preocupados com os demais aspectos relacionados com a informação passaram a se dar conta de que, na busca de maior apropriação informacional, é preciso desenvolver outras políticas mais amplas e menos centradas nos meios técnicos e mais centradas nas capacitações técnicas e nos acessos. Em outras palavras, começaram a perceber que não basta investir na promoção de uma sociedade da informação apenas com meios tecnológicos adequados sem que sejam também desenvolvidas capacidades cognitivas e técnicas para o uso destas informações.

Um ajustamento dos princípios teóricos e objetivos práticos nesta área tem vindo a redundar, inclusive, na substituição do nome de muitos destes programas* e nas orientações estratégicas que deixam de priorizar mais as infra-estruturas tecnológicas e buscam desenvolver ações articuladas mais amplas, que envolvem desde a capacitação básica para o acesso às informações até o desenvolvimento de grandes projetos sociotécnicos interligando diferentes setores sociais.

Todos estes questionamentos têm redundado em intenso debate sobre a validade e a viabilidade do uso do termo como conceito analítico. No resultado das discussões, as conclusões têm tendido à formulação de um consenso sobre o emprego do termo sociedade da informação da seguinte forma: podemos dizer que o termo “sociedade da informação” diz

* O caso do governo português é emblemático. O Programa Operacional Sociedade da Informação (Posi) deixou de ser designado desta forma para ser chamado de Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS-Conhecimento), exatamente com a justificativa de ampliar o seu âmbito de ação, não mais apenas voltado para o desenvolvimento de uma sociedade conectada e capaz de acessar informações, mas para o desenvolvimento de uma sociedade capaz de operar com as informações e as tecnologias da informação, para a geração de conhecimentos.

respeito, de maneira mais abrangente, aos reflexos das inovações tecnológicas e às alterações nas práticas sociais que elas desencadearam. De modo geral, estão associadas aos fenômenos econômicos de relações neoliberais, como argumento central de apoio à “globalização hegemônica”, uma vez que as ferramentas tecnológicas são facilitadoras de novas relações de trocas nos mercados transnacionais e estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico dos países.

Entretanto, tais transformações sociais não ocorrem apenas no nível das relações econômicas, pois a informação não contém apenas mercadorias, inclui outros elementos da realidade humana e social que foram transformados, virtualizados ou digitalizados. Diante desta perspectiva, alguns autores preferem advogar em favor do uso do conceito de “sociedade do conhecimento” para nominar este paradigma contemporâneo, uma vez que este termo permite alcançar um espectro mais amplo, incluindo uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento (KHAN, 2003).

Desta forma, verifica-se o uso deste termo nos discursos das entidades comprometidas com maior justiça cognitiva e equidade social. Falar em conhecimentos ou em saberes pressupõe um universo muito mais amplo de campos interligados, exigindo maior responsabilidade por parte dos atores que deles se ocupam. De igual forma, tratar de temas relacionados com o conhecimento e com saberes envolve um número muito maior de participantes. De um modo geral, em tese todos os cidadãos da sociedade deveriam ser chamados a discutir a problemática (BURCH, 2005). No caso da sociedade da informação, por resumir-se a tratar de infra-estruturas e aparatos tecnológicos, acaba por naturalmente restringir o seu círculo de atores envolvidos no processo de discussão, que neste caso é ocupado via de regra por especialistas, engenheiros e técnicos de diferentes setores envolvidos na produção de uma arquitetura tecnológica informacional.

O IN/OUT DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Independentemente da forma como for designada, a sociedade contemporânea está sendo cada vez mais

permeada de tecnologias de comunicação e informação mediadas por computadores. Este é um processo que parece ser irreversível, até mesmo porque os diferentes povos têm podido experimentar muitas vantagens advindas da sua utilização e aplicação. Os escritórios de trabalho sofreram várias reformulações e são hoje um complexo de máquinas eletrônicas, computadores, cabos e homens. A medicina tem se desenvolvido rapidamente e alcançado resultados surpreendentes que, sem a ajuda destes aparatos, nunca seriam possíveis. As indústrias têm produzido inovações com qualidades e rapidez nunca antes imaginadas. Fluxos de capitais financeiros percorrem as redes de computadores em incontáveis transações bancárias a cada dia. Comunicações são possíveis tecnologicamente de serem estabelecidas em diferentes pontos do globo, e até mesmo fora dele. É todo um conjunto de acréscimos positivos* que estão sendo incorporados diariamente na vida social, dos quais uma importante parcela da humanidade não demonstra querer abster-se.

Entretanto, quando falamos em “parcela”, estamos subentendendo que este não é um processo universal e que seja sentido e experimentado por todos os povos de igual forma e intensidade. Existem muitas disparidades e níveis de apropriação social das tecnologias que são mais intensas em determinados centros e menos presentes ou nulas, em outros (CASTELLS, 2001; GUESSER, 2004). A sociedade da informação, de acordo com a delimitação conceitual que apresentamos anteriormente, não é uma sociedade universal, isso não quer dizer, entretanto, que ela não tenha a potencialidade de se universalizar**. Mas, para que isso aconteça, um

* Cabe ressaltar que as inovações tecnológicas também produziram inúmeras conseqüências negativas e que têm sido objeto de vários estudos. Entretanto, dividimos da opinião de Collins e Pinch na qual afirmam que a ciência e a tecnologia não são entidades nem boas, nem más. O resultado depende dos usos que fazemos delas. Em outras palavras, a ciência e a tecnologia não podem ser responsabilizadas pelos seus erros, os erros são nossos (COLLINS; PINCH, 1993; 1998). Neste caso, uma análise dos infortúnios gerados pelas tecnologias não pode ser realizada sem antes um estudo dos usos sociais que foram feitos e dos interesses para os quais tais tecnologias serviram.

** É necessário lembrar que para que os meios tecnológicos possam funcionar, existe a necessidade de suprir condições básicas, dentre elas a energia elétrica é a condição fundamental. Em muitas regiões de países da África, Ásia e América-Latina, não existe nenhuma infra-estrutura de redes de energia elétrica, permanecendo a população completamente desprovida de poder aderir a um processo de desenvolvimento informacional. Isto não quer dizer, entretanto, que estas sociedades estejam isoladas e não tenham algum contato com meios informacionais, sejam diretos ou indiretos.

longo processo precisa ser empreendido, envolvendo desde vontade e disposição política para a promoção de maior justiça social e uma indispensável redistribuição mais equilibrada da riqueza mundial. Sem esses fatores fundamentais, sempre existirão os “in” e os “out” da sociedade da informação, os incluídos e os excluídos.

Os conceitos de inclusão e de exclusão são por si só conceitos relacionais. Só estamos incluídos/excluídos de uma dada realidade, se estipularmos uma relação entre pontos limites. Pode-se tornar um conceito ambíguo ou completamente inócuo se não for devidamente especificado. Isto fica de certa maneira visível quando falamos em inclusão social, por exemplo. *A priori*, todo sujeito que vive em uma sociedade está incluído nela. Pode estar incluído de diferentes maneiras, em diferentes níveis, mas está incluído. Portanto, falar em exclusão social pura e simplesmente é algo abstrato, que não faz sentido sem antes estipularmos uma relação de critérios que definam, ou melhor, limitem os espaços a que queremos nos referir (OLIVEIRA, 1997).

No caso da sociedade, é preciso dizer que tipo de sociedade está sendo tomado como referência. Tentaremos ilustrar esta questão tomando como exemplo uma sociedade do tipo de bem-estar social como a norte-americana até meados do século passado. Resumidamente, em uma sociedade deste gênero espera-se que todos os cidadãos tenham acesso a fontes que lhes permitam resolver suas necessidades básicas fundamentais, nomeadamente, saúde, educação, trabalho, lazer e seguridade social. Desta forma, se tomarmos um grupo de cidadãos norte-americanos que não tenham tais acessos garantidos, podemos dizer que eles são excluídos da sociedade de bem-estar. Entretanto, não poderemos nunca dizer que eles estão excluídos da sociedade norte-americana. Os conceitos de inclusão/exclusão social, neste caso, só têm sentido após adjetivarmos a sociedade à qual nos referimos e, por sua vez, delimitarmos os critérios de pertencimento deste grupo social (OLIVEIRA, 1997).

É importante destacar que inclusão e exclusão são resultados de ações políticas que se configuram em um mesmo espaço, especificamente pelo caráter contraditório das relações sociais. Em outras palavras, são relações políticas e precisam ser entendidas como

tal. A inclusão e a exclusão podem ser entendidas a partir de diferentes campos conceituais; no entanto, não podem nunca ser entendidas fora do exercício de poder (LUNARDI, 2001).

De igual forma, conceitos como os de *inclusão/exclusão digital*, *infoexclusão* e *apartheid digital* são conceitos inoperantes se não forem devidamente trabalhados e descritos, por serem demasiadamente amplos. Nas nossas sociedades modernas ocidentais, é cada vez mais complicado falar em completa exclusão digital, pois é difícil estipular limites acertados e válidos universalmente para todas as realidades. Para que um dado sujeito ou grupo de sujeitos decidam negar-se completamente a aderir aos meios digitais, teriam de morar em uma ilha isolada e auto-suficiente de recursos, pois qualquer contato com o exterior poderia ser efetuado, de alguma forma, sob a forma digital. Do simples ato de pedir as horas para um transeunte que tenha um relógio de pulso eletrônico, ao fazer uma chamada telefônica para um vizinho, ao ligar a TV ou comprar o jornal impresso, ao pagar uma conta em um banco, ou comprar um medicamento, praticamente todas as atividades humanas estão imbuídas de processos digitais em alguma fase, ou em alguns casos na sua totalidade. Desta forma, dizer que alguém é um excluído digital é, de igual forma, tanto problemático quanto dizer que ele é um excluído social, do caso antes analisado.

Outros conceitos podem ser menos derivativos no campo teórico, como, por exemplo, o de divisão digital [*digital divide*]* (CASTELLS, 1996), que não se ocupa tanto de estabelecer padrões universalizantes. Em contrapartida, correm o risco, como tem acontecido na maioria dos casos, de serem utilizados apenas para efetuar uma cartografia da distribuição dos meios digitais, justificando a sua presença ou ausência a partir de condições socioeconômicas. Geralmente este último conceito é preferido por autores de estudos técnicos ou acadêmicos, por garantir certa objetividade com relação aos dados estatísticos. Alguns autores franceses utilizam *fossé* (separação),

* Alguns autores remetem a origem do termo “exclusão digital” para uma tradução infeliz do termo inglês *digital divide* (BENAKOUCHE, 2003). Não concordamos, entretanto, pois a maioria de obras traduzidas nesta área utilizam a expressão “divisão digital”, como é natural. O termo “exclusão digital” é muito mais fortemente presente entre os discursos dos ativistas e nos documentos por eles produzidos. O uso preferencial deve-se principalmente pela evidente realidade de exclusão do acesso das novas tecnologias de comunicação e informação.

fracture (fractura, ruptura) ou *écart numérique* (afastamento digital) para designar o mesmo problema (BENAKOUCHE, 2003), ou seja, evitam recorrer à noção de exclusão.

Os termos inclusão/exclusão, entretanto, carregam consigo um apelo político forte, valorizado, principalmente no meio dos ativistas na luta por direitos e liberdades. Assim, o termo continua sendo muito utilizado, provavelmente porque tem um apelo forte que remete à noção de uma desigualdade extrema e porque alude a “uma retórica de combate” (OLIVEIRA, 1997). Como nosso objetivo neste texto é acompanhar o desenvolvimento de um movimento social ativista e como esta terminologia é frequentemente utilizada como mote de luta, optaremos por utilizá-lo, sem, contudo, não deixar de estabelecer os critérios relacionais nos quais nos balizamos.

Como já fora repetidamente citado neste texto, a sociedade da informação é caracterizada principalmente pelo incremento de tecnologias mediadas por computadores e redes de computadores. Neste trabalho, iremos considerar, para fins analíticos, que a sociedade que estamos estudando seja aquela que dispõe dos meios técnicos e tecnológicos mínimos para ser considerada inserida em um processo de desenvolvimento informacional. Fundamentalmente, deve estar conectada em rede, por meio da rede mundial de computadores Internet, possuir um parque tecnológico mínimo que se enquadre nos parâmetros mínimos estabelecidos no Índice da Sociedade da Informação (ISI).

Isso não quer dizer, entretanto, que estejamos de acordo com os critérios estabelecidos pela Internactional Data Corporation, criadora do índice, mas servirá de argumento para demonstrar que, no momento em que falamos em cidadania e justiça social, o conceito de sociedade da informação é insuficiente e pede a sua ampliação. Em síntese, a partir da experiência do movimento *software* livre, da sua ética e prática de ação, pretendemos defender a idéia de que, se pretendemos lutar por maior cidadania e justiça social, não deveremos buscar apenas o desenvolvimento material de uma sociedade da informação, mas sim a produção de uma “sociedade dos conhecimentos partilhados”, no plural e adjetivado.

MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE E A LUTA POR INCLUSÃO DIGITAL

O movimento *software* livre, que ora passamos a denominar simplesmente MSL, é um movimento sociotécnico que nasceu paralelamente ao surgimento dos primeiros computadores pessoais, na década de 1970, aproximadamente. Possui alguns fatos marcantes que poderiam ser utilizados como data de nascimento, mas, em razão de sua complexidade, heterogeneidade e dispersão, preferimos não advogar em favor de uma corrente específica como progenitora. Fato é que, desde o aparecimento dos computadores, intenso movimento de pessoas tem se formado para lutar contra a centralização e controle das informações por eles processadas.

O próprio surgimento dos microcomputadores pessoais (PCs) está associado ao desejo de desenvolver uma tecnologia computacional que fosse acessível a um número cada vez maior de usuários, barateando os custos e popularizando o seu uso e suas potencialidades*. De alguma maneira, tais pessoas estavam lutando pela vulgarização da informática como um todo, dos aparelhos de computadores aos programas. Muitos destes ativistas eram pessoas ligadas a outros movimentos sociais de diferentes temáticas, como, por exemplo, movimentos políticos de esquerda marxista, contrários à guerra do Vietnã, até grupos bastante ecléticos, como os de identidade zen-budista, ecologistas, de rock, música eletrônica e ficção científica (BRETON, 1991). De modo geral, os primeiros ativistas sociotécnicos estavam mais preocupados em lutar contra o centralismo informacional, representado pelos grandes computadores da época, e pelo cerceamento da informação por eles processados, pelos governos e grandes empresas**.

* Uma revisão mais acurada desta questão pode ser encontrada no trabalho de Breton (1991).

** Cabe ressaltar que as grandes empresas produtoras de computadores na época não estavam dispostas a apostar na tecnologia de microcomputadores pessoais. Os empresários procuraram por muito tempo promover uma lógica de produção de grandes computadores centralizados, que podiam ser operados de terminais “burros”, ou seja, máquinas sem processador, de onde se podia apenas ter acesso aos dados e também inseri-los, desde que fossem previamente autorizados pelo computador central, mas que não tinham capacidade de processá-los independentemente. É o chamado modelo baseado em *mainframes* (BRETON, 1991).

Embora não se possa enunciar uma data específica para o nascimento do movimento social MSL, podemos demarcar alguns momentos que determinaram a institucionalização deste movimento e estabeleceram algumas linhas gerais nas quais se baseia a maioria dos ativistas que dele participam individualmente ou em outros movimentos sociais que dele compartilham os objetivos de luta. Tais atores estão coligados em uma rede transnacional de movimentos por maior apropriação tecnológica e maior liberdade de acesso e de uso das tecnologias informacionais.

Um dos mais significativos destes momentos ocorreu por volta do final da década de 1970, com Richard Stallman*, diante do fechamento do código-fonte do sistema operacional Unix, pela empresa norte-americana AT&M, hoje CSO Group. O Unix era um sistema operacional muito utilizado por grandes pesquisadores de todo o mundo, principalmente os vinculados ao ambiente universitário. Na altura do patenteamento da marca e do fechamento do código, não só inúmeras contribuições voluntárias realizadas pelos utilizadores deste sistema foram apropriadas pela AT&M, como também lhes foi negado o crédito, o livre uso e a possibilidade de influenciar na evolução do *software* por eles próprios desenvolvidos (COUTINHO *et al.*, 2000). Isso revoltou muitos dos envolvidos no processo, dentre estes muitos investigadores de proeminentes universidades e *hacker* nos EUA e na Europa.

Um dos fatos basilares ocorreu quando Stallman, na altura um programador no famoso Artificial Intelligence Lab do Massachusetts Institute of Technology (MIT), cansou de se aborrecer com uma impressora que lhe foi oferecida e que teimava em travar consecutivamente (PEREIRA, 2004). Diante da dificuldade em resolver o problema, uma vez que o *driver*** da mesma lhe foi negado pela empresa,

* Richard Stallman é uma figura fundamental para o desenvolvimento do movimento *software* livre, foi o precursor deste conceito, foi também o fundador do Projecto GNU, redator da GNU General Public License e presidente/fundador da Free Software Foundation, a principal instituição na qual todo o movimento está de certa forma ligado. Juntamente com Linus Torvalds, o desenvolvedor do primeiro Kernel do sistema operativo GNU/Linux, são as figuras mais populares do MSL no mundo.

** Programa que permite ao sistema operacional comunicar-se com certo dispositivo de *hardware*. É o programa que faz a interligação dos aplicativos periféricos com outros equipamentos conectados ao computador.

Stallman fez uso de seu grande conhecimento em informática, reescreveu um *driver* para a impressora capaz de rodar no sistema operacional que necessitava e disponibilizou a sua versão em código-aberto na Internet. Com este gesto, lançou as bases para o movimento ideológico e político do *software* livre. Este episódio marca uma nova etapa que, até hoje, caracteriza a principal atividade dos adeptos do MSL na luta por liberdade, ou seja, a troca de informações, dados e *softwares* pela Internet, em código-aberto.

De maneira muito geral, o *software* livre pode ser definido como aquele cujo código-fonte está acessível ao usuário, ou seja, disponível para possíveis modificações e alterações, sem qualquer autorizações ou pagamentos adicionais. Uma aplicação que circula como *software* livre pode ser corrigida ou modificada por qualquer utilizador ou programador capacitado.

Em 1984, Stallman lançou o projeto Gnu's Not Unix (GNU)*, uma proposta de criar um sistema operacional similar ao UNIX, mas com código-fonte aberto; começou a escrever o seu novo sistema com a ajuda de muitos programadores que conseguiu arregimentar na sua causa. No princípio, a idéia era desenvolver todo um sistema operacional completo e, só depois de concluído, lançá-lo publicamente, mas isso não se confirmou, pois a lógica de desenvolvimento estava baseada em um sistema colaborativo no qual diferentes partes eram trabalhadas por programadores em espaços e países diversos e depois reunidas pela Internet. Inicialmente, muitos dos componentes do sistema passaram a circular em sistemas UNIX não livres, mas com os quais eram compatíveis, de modo que podiam ser testados e avaliados pelos desenvolvedores articulados em rede.

Desde muito cedo houve a necessidade de proteger a produção do projeto GNU, de modo que não ocorresse novamente uma apropriação como no caso do UNIX. Por este motivo, em 1985 nasceu a Free Software Foundation (FSF), uma instituição sem fins lucrativos e de carácter público com a finalidade de dar suporte jurídico e angariar fundos para o

desenvolvimento do projeto GNU. Os recursos iniciais eram originados pela venda de *software* e pela prestação de serviços.

Nesta época, também foram lançadas as bases filosóficas do *software* livre, consubstanciadas na seguinte lista de quatro liberdades: a) liberdade de executar o *software* para qualquer finalidade; b) liberdade de estudar o funcionamento de um *software* e de adaptá-lo conforme as necessidades; c) liberdade de redistribuir cópias dos *softwares* sem pagamento de licenças de uso; d) liberdade de melhorar o programa e de tornar as modificações públicas para que a comunidade inteira se beneficie das melhorias.

A FSF é também a responsável pela Licença Pública Geral – GPL (General Public License), uma medida legal criada com o intuito de garantir o acesso a essas quatro liberdades (FSF, 1991). Em 1990, o novo sistema estava quase pronto, faltando apenas o *kernel**. Este, por sua vez, foi concluído alguns anos mais tarde, com a contribuição de um estudante finlandês, Linus Torvalds, da Universidade de Helsínquia. A primeira versão (0.02) do LINUX foi lançada em outubro de 1991 e imediatamente foi disponibilizada pelo seu autor para o projeto GNU, sendo protegida pela GPL. Desde esta data passou a designar-se GNU/Linux, e o seu grupo de desenvolvimento foi-se progressivamente alargando e passando a contar com a contribuição de centenas de programadores espalhados no mundo todo. No final de 1993, saiu a versão 0.99, considerada a primeira versão oficial (DANESH, 2000).

Desta data em diante, cotidianamente milhares de pessoas nos quatro continentes passaram a utilizar progressivamente este sistema operacional e contribuir para a sua melhoria, seja com sugestões para os desenvolvedores, seja diretamente com alterações, modificações e acréscimos. O *software* livre não existiria se não fosse fruto desta colaboração interativa de muitos atores sociotécnicos unidos em rede no mundo todo, em diferentes campos, desde o universitário, o empresarial, o privado e o governamental.

* GNU é um acrônimo recursivo da frase "GNU's Not Unix". Gnu também é o nome inglês de um animal mamífero (antílope) que vive solto nas savanas da África e nunca pôde ser domesticado, do qual lhe deriva esta característica de ser "livre".

* Núcleo do sistema operativo que faz a ligação (interface) entre o *hardware* (a máquina) e o *software* (as aplicações/programas). O *Kernel* é a alma do sistema, sem ele não é possível a interação dos componentes, é também a parte mais complexa para ser desenvolvida e requer muito trabalho especializado.

CULTURA DE PARTILHA TRANSNACIONAL

O MSL, por articular-se em rede, é capaz de interagir com diferentes realidades nos cinco continentes, somando experiências e estabelecendo parcerias importantíssimas. O MSL é uma rede transnacional de ativismo que congrega inúmeras áreas, desde a promoção de tecnologias que podem ser usadas globalmente, até adaptações que visam a atender a realidades específicas. A preocupação com a defesa de direitos específicos tem levado muitos movimentos sociais e grupos de ativistas a exigir dos governos uma prestação de conta (*accountability*) de seus atos políticos e, ao mesmo tempo, tem aproximado cidadãos comuns do processo decisório mediante pressão junto a seus representantes. Os diversos interesses dispersos têm reunido grupos e demandas, representando uma reação à tecnocracia estabelecida nas sociedades ocidentais modernas, na busca de um mundo mais humano e justo, baseado em valores comuns, onde a participação individual é fundamental para o estabelecimento de regras gerais (TOURAINÉ, 1998).

Grande parte destas iniciativas são motivadas pelas pressões externas da globalização hegemônica, que está suscitando no seio da população o questionamento sobre o *status quo* e provocando a criação de alternativas e de soluções nos grupos mobilizados, a partir de um referencial moral-ideológico definido pela cultura do “livre”. Tais soluções são, via de regra, pensadas para minimizar as injustiças e incoerências observadas nos contextos locais, onde os grupos mobilizados se encontram contextualizados. Porém, muitas destas proposições e ideologias localizadas acabam influenciando as mobilizações articuladas em outras regiões, dentro e fora dos países, suggestionando e alimentando as lutas locais e transformando-as em lutas globais (SANTOS, 2001).

O MSL está se difundindo por todo o mundo em uma expressiva demonstração de globalização de idéias que fermentam lutas e disputas locais, ao mesmo tempo que combatem o consenso hegemônico. Em outras palavras, caracteriza-se como um movimento de globalização contra-hegemônica, conforme descrito por Santos. A partir de suas propostas de localização, com o objetivo de resolver questões específicas de um dado contexto geográfico,

terminam por influenciar a luta regional ou mundial, à medida que expandem suas experiências e aliam-se à luta mais geral e globalizada. É a partir dessa ancoragem local que eles se abrem em redes e em fluxos com outros grupos semelhantes em outros países do mundo, e é aí que eles articulam suas redes globais (SANTOS, 2001).

Outra característica fundamental no MSL é a sua cultura da partilha de conhecimentos*. Estudos estão sendo empreendidos no sentido de relacionar este processo coletivo de produção e troca de *softwares* e informações com modelos de produção não capitalistas, é o caso, por exemplo, do trabalho de Apgaua (2004), que procura comparar o processo de desenvolvimento do Linux com a teoria da dádiva, do antropólogo Marcel Mauss. Mauss, por sua vez, estudou o processo de troca nas sociedades arcaicas, muito antes do surgimento do capitalismo moderno.

Também é o caso do trabalho de Raymond (1999), que considera que o processo de produção de *softwares* livres baseia-se em uma lógica cooperativa, descentralizada e “anárquica”, a qual denomina “método feira”**, em contraponto com o “método catedral”, tipicamente capitalista, extremamente hierarquizado e controlado. Para este autor, o modelo desenvolvido pelas empresas de *software* de código-fonte fechado, como a gigante Microsoft Corporation, é de tipo catedral, com as inovações sendo desenvolvidas por uma estrutura de programadores hierarquizada e controlada pela empresa proprietária da patente. Já o processo de desenvolvimento livre é aquele que se assemelha à confusão das feiras de mercadorias orientais, com cada participante disponibilizando em um mesmo espaço (neste caso, a internet) a sua produção individual, sem controles hierárquicos, pois cada programador é autônomo e faz aquilo que melhor lhe convém, podendo ou não contribuir para o todo, dependendo da qualidade e característica da sua produção.

Esta lógica da partilha também é característica da cultura *hacker*, uma das bases fundadoras do MSL.

* O MSL não é o único promotor de uma cultura de partilha colaborativa; outros movimentos de igual importância na atualidade desempenham a mesma luta por maior liberdade e acesso aos conhecimentos e informações. São exemplos o Movimento do Open Access to knowledge and Information e o Creative Commons.

** Também denominado “modelo bazar” por alguns autores, em uma tradução livre do termo original *bazaar*, em inglês.

Os *hacker* são considerados tecnoelites culturais (CASTELLS, 2001), profissionais técnicos altamente capacitados e possuidores de forte ideologia que deriva em práticas e ações políticas; podemos dizer que são as figuras mais expressivas do ativismo da sociedade da informação. A base desta cultura está centrada em uma ideologia que prega a liberdade de acessos e de criatividade (HIMANEN, 2001).

Diferentemente da imagem veiculada pelos mídias, o “*hacker*” não é o viciado em computador que espalha desordem no ciberespaço, corrompendo arquivos, disseminando vírus e ameaçando a segurança das privacidades de computadores pessoais e corporativos. Este tipo de atitude é freqüentemente desenvolvido por “*crackers*”*, que, ao contrário, são desprovidos de qualquer ideologia, a não ser a da satisfação egoísta de superação a qualquer preço. O *hacker* está preocupado com a luta contra a injustiça do sistema e com a liberdade de expressão, utilizando o próprio sistema como arma e o ciberespaço como campo de batalha (MUSTARO, 2003).

De acordo com Castells (2001), a cultura *hacker* estabelece uma ponte com outro tipo de cultura fundamental para o desenvolvimento das tecnologias computacionais de modo geral, a cultura tecnomeritocrática, ou seja, aquela que forma a base da filosofia universitária acadêmica. Esta cultura está baseada na idéia de que o conhecimento científico deve ser compartilhado e disponibilizado à comunidade científica, de modo que possa ser julgado, criticado e melhorado.

Como a comunidade científica geralmente encontra-se muito restrita a ambientes específicos e fechados, os *hacker* encarregam-se de ser os protagonistas que fazem a intermediação entre este tipo de cultura e as culturas mais populares. Tais atores também realizam atos ligados à manifestações políticas e protestos contra injustiças sociais. Quando procedem desta forma, são também conhecidos como *hackativistas* (MUSTARO, 2003). A postura de ativismo também é marcada pela preocupação com

a privacidade e sigilo das informações. Estes sujeitos sociais ativos são cada vez mais comuns no cenário contemporâneo, utilizam seus conhecimentos em informática e suas habilidades de comunicação e troca de informação pela rede para mobilizar recursos humanos e não-humanos para suas causas.

Esta base cultural fundada na lógica da partilha está presente em praticamente todas as expressões do MSL, podendo mesmo ser caracterizada como o elemento comum que congrega todas as realidades distintas, desde os atores mais altamente especializados, envolvidos na criação e desenvolvimento de *softwares*, até aqueles que possuem pouca habilidade técnica, mas empenham-se em promover e divulgar este tipo de tecnologia e suas potencialidades.

De fato, a grande massa de pessoas que aderem ao MSL são usuários simples, geralmente denominados “domésticos”, ou seja, pessoas que possuem qualificações mínimas necessárias para operar as NTICs para seu aproveitamento pessoal, seja na vida privada, seja no campo de trabalho. Desta grande parte de aderentes, surgem também os propagadores de ações sociais de inclusão digital, muitas delas mantidas por OSCs ou governos. Entretanto, o diferencial das entidades que se nutrem da filosofia livre é que operam pela lógica colaborativa. Mesmo as iniciativas de governos para inclusão digital que estão inseridas na lógica do MSL buscam co-dividir a responsabilidade das tarefas, gestão e promoção com a comunidade de usuários.

Inúmeros exemplos de projetos de inclusão digital poderiam ser citados que operam desta forma, não apenas utilizando tecnologias de *softwares* livres, mas também sob o paradigma do MSL*. Tal modelo, mesmo inserido em estruturas governamentais clássicas, consegue impor uma nova relação de interação entre os poderes constituídos e os cidadãos.

Os telecentros da cidade de São Paulo, no Brasil, são um bom exemplo desta parceria que tem dado certo; funcionam com subsídios da prefeitura do

* Os *crackers*, na maioria das vezes, aplicam seus conhecimentos para criar programas (denominados *craks*) que “destravam” *softwares* e facilitam os ataques a sistemas e redes. Alguns tipos de *craks* são utilizados para gerar códigos de acesso falsificados, permitindo a utilização de *softwares* sem a compra de licenças (*copyright*).

* Um interessante conjunto de histórias de pessoas comuns que nunca haviam tido contato com as TICs antes de terem participado de projetos de inclusão digital do MSL, e as trajetórias de transformação tanto no nível individual, quanto no coletivo da comunidade podem ser encontradas em um rico trabalho etnográfico produzido pela Coordenadoria de Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo (JOSÉ *et al.*, 2003).

município, mas são completamente geridos por um comitê gestor composto por integrantes da própria comunidade no qual o mesmo está instalado. O comitê gestor é responsável desde o planejamento de recursos até a determinação do tipo de atividades que serão desenvolvidas, do público que será atendido, dos objetivos específicos do projeto etc. (GUIMARÃES, 2003).

Experiências como esta acontecem um pouco por todo o lado, com algumas variações, como o caso do projeto *LinEx*, do governo da Extremadura, na Espanha (MIGUEL, 2003) e dos *Telecentros Vida*, inseridos em um extenso programa de inclusão digital desenvolvido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil (MAZONI, 2003), dentre muitos que ainda poderiam ser citados.

As OSCs, ONGs, fundações filantrópicas de todos os tipos também têm descoberto no MSL um forte parceiro para suas causas (LIMA, 2003). O MSL é mais que um movimento tecnológico, como já fora referido neste texto, é um movimento sociotécnico que une a tecnologia com objetivos sociais muito específicos. A tecnologia passa a ser uma poderosa ferramenta tanto de luta, quanto de ação social.

CONCLUSÃO

Diante dos exemplos anteriormente descritos – de forma muito resumida, vale a pena ressaltar –, podemos afirmar que o MSL é um movimento contra-hegemônico que busca novas formas de emancipação social por meio das nTICs. Funda-se na crença de que todos os homens possuem direito à informação, e, por causa disso, todas as suas lutas são orientadas para a defesa deste direito dos homens. Não pode ser interpretado apenas como uma comunidade que defende tecnologias livres de empecilhos, com o único propósito de garantir liberdades individuais. É um movimento coletivo, e a sua estrutura de ação demonstra bem isso.

A prática colaborativa empregada no MSL permite acreditar que um novo processo de inclusão à sociedade da informação está em curso, de forma ainda limitada e insuficiente, mas já evidente e persistente. Os aderentes do MSL estão produzindo uma nova sociedade da informação, baseada na cooperação e na partilha de saberes e conhecimentos

transnacionais, rompendo as barreiras circunscritas das fronteiras nacionais; é um movimento que visa à construção não de uma sociedade padronizada, mas plural e diversificada, composta por experiências do norte e do sul, dos homens e das mulheres, dos especialistas e dos cidadãos comum, uma sociedade que poderia ser adjetivada, segundo nossa proposta, e compartilhada por muitos, como “sociedade de produção colaborativa”, um novo paradigma para os desafios dos novos tempos.

REFERÊNCIAS

- APGAUA, Renata. O linux e a perspectiva da dádiva. *Horizontes Antropológicos*, ano 10, v. 1, n. 21, p. 221-240, jan./jun. 2004. ISSN 0104-7183.
- BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1973.
- BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. *Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política*, n. 17, p. 3-21, set. 1999.
- _____. A escola enquanto espaço de reprodução da exclusão digital. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 27., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2003. p. 1-17.
- BRETON, Philippe. *História da informática*. São Paulo: Unesp, 1991.
- BURCH, Sally. The information society/the knowledge society. In: PEUGEOT, Valérie, AMBROSI, Alain et al (Ed.). *Word matters: multicultural perspectives on information societies*. France: C&F Editions, 2005. p. 49-71.
- CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. (The information age: economy, society and culture, v. 1).
- _____. *The Internet galaxy: reflections on the Internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. *The golem: what you should know about science*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- _____. *The golem et large: what you should know about technology*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- COUTINHO, António et al. *Software aberto: o futuro da engenharia informática?*. Braga: Grupo de Sistemas Distribuídos, Departamento de Informática, Universidade do Minho, 2000. p. 1-6. Disponível em: <<http://gsd.di.uminho.pt>>. Acesso em: 24 jul. 2004.
- DANESH, Armand. *Dominando o linux: a bíblia*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- FREE SOFTWARE FOUNDATION - FSF. *GPL copyright 1989, General Public License version 2, 1991*. Boston, USA: GNU Project/FSF, 1991. 24 p. MA 02111-1307. 59 temple place - suite 330. Disponível em: <<http://www.fsf.org/license/gpl.html>>. Acesso em: 23 mar. 2003.

- GALBRAITH, John Kenneth. *The age of uncertainty*. Boston: Houghton, 1977.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. New political scenarios for information. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. ISSN 0100-1965.
- GORZ, André. *Limmatériel*. France: Galilée, 2004.
- GUESSER, Adalto Herculano. Uma viagem ao mundo (des)conhecido da Internet. *Revista de Sociologia Política*, v. 1, n. 4, p. 231-236, abr. 2004. ISSN 1677-4140.
- GUIMARÃES, Thiago. A luta pela inclusão digital: experiências e perspectivas dos telecentros em São Paulo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Ed.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003. p. 237-254.
- HARVEY, David. *The condition of post-modernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HIMANEN, Pekka. *The hacker ethic and the spirit of the information age*. New York: Random House, 2001.
- JOSÉ, Cassiano; TIBIRIÇÁ, Beá; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Toda esta gente*. São Paulo: Coordenadoria do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo, 2003.
- KHAN, Abdul Waheed. Towards knowledge societies. *World of Science*, New York, v.1, n. 4, July/Sept. 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=11958&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 05 jul. 2006.
- LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers*. London: Harvard University Press, 1999.
- LEVY, Pierre. *L'intelligence collective: pour une anthropologie du cyberspace*. Paris: La Découverte, 1997.
- LIMA, Paulo. Desafios para a inclusão digital no terceiro setor. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Ed.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003. p. 63-75.
- LUNARDI, Márcia Lise. Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda. *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria, v. 2, n. 18, p. 112-123, 2001.
- MAZONI, Marco Vinícius Ferreira. A experiência pioneira do software livre no Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Ed.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003. p. 205-211.
- MIRANDA, Antônio. *Informação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1997.
- MÜLLER, Bruno Frederico. *Um porto para outros mundos: os caminhos e alternativas do Fórum Social Mundial*. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.
- MUSTARO, Pollyana N. A ética dos hackers na sociedade em rede. In: MACHADO, Jorge Alberto (Ed.). *Trabalho, economia e tecnologia*. Bauru: Praxis, 2003. p. 181-193.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos 'existem?': notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 12, v. 1, n. 33, p. 49-61, fev. 1997. ISSN 0102-6909.
- PEREIRA, Inês. O movimento software livre: redes, projectos e identidades. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004. p. 58.
- QUÉAU, Philippe. In search of the common good: the information society and archives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE ROUND TABLE ON ARCHIVES, 33., 1998, Stockholm. *Electronic Proceedings...* Stockholm: ASTINFO/UNESCO, 1998. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.stii.dost.gov.ph/astinfo/ASTWEB/4th98/spreport.html>> Acesso em: 05 jul. 2006.
- RAYMOND, Eric S. *The cathedral and the bazaar*. Sebastopol: O'Reilly, 1999.
- RODRIGUES, Georgete Medleg, SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de. Sociedade da informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos livros verdes. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003. ISSN 0100-1965.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamentos, 2000. (Coleção Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1).
- _____. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Ed.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamentos, 2001. p. 31-106. (Coleção: A sociedade portuguesa perante s desafios da globalização, v. 1).
- _____. *O fórum social mundial: manual de uso*. Porto: Afrontamento, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "um discurso sobre as ciências" revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João. *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003.
- THIAM, Mamadou Moctar. Descolonizar a informação. In: MATTÁ, Fernando Reyes (Ed.). *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 227-238.
- TOFFLER, Alvin. *The third wave*. New York: Morrow, 1980.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VÁSQUEZ DE MIGUEL, Luis Millán. Os poderes públicos como garantia de uma sociedade do conhecimento para todos. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Ed.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003. p. 214-218.
- WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro Pablo. *Depois do consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2003.